

- § TERCEIRO - É assegurado ao estagiário, período de recesso a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares, na forma do artigo 13 e seus parágrafos da lei 11.788/08.
- § QUARTO - A carga horária do estágio poderá ser reduzida pelo menos à metade, para garantir o bom desempenho do estudante na hipótese da instituição de Ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, no período de avaliação.
- § QUINTO - O estágio poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, não podendo, entretanto, ultrapassar o limite de 02 (dois) anos, na mesma CONCEDENTE.

CLAUSULA 4ª - OBRIGAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: Caberá à instituição de Ensino: a) Elaborar em acordo com a CONCEDENTE e o estagiário, o Plano de Atividades do Estagiário que será incorporado a este instrumento e aditivado à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante;

b) Avaliar as instalações da parte CONCEDENTE do estágio, reconhecendo sua adequação à formação social, cultural e profissional do estudante;

c) Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

d) Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a 06 (seis) meses, do Relatório de Atividades;

e) Elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

f) Comunicar à parte CONCEDENTE do estágio e a Escola de Governo, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares, bem como manter a CONCEDENTE e a Escola de Governo atualizados a cerca de qualquer alteração que estas datas venham a sofrer;

g) Comunicar a Escola de Governo os nomes dos estudantes que se encontram na CONCEDENTE, que concluíram, abandonaram, trancaram matrícula ou mudaram de curso;

h) Comunicar a Escola de Governo e à CONCEDENTE, a cada 06 (seis) meses a regularidade da matrícula dos estudantes bem como sua periodicidade de 06 (seis) meses, a frequência do educando, nos termos do artigo 3º inciso I da lei 11.788/08;

i) Informar a Escola de Governo, quando identificado pela instituição de Ensino e/ou pelo estagiário, os casos de possíveis distorções ou incompatibilidade das atividades de estágio em andamento, em relação ao que foi definido neste instrumento;

j) Expedir declaração de matrícula e frequência efetiva às aulas, dos alunos interessados em fazer estágio, sempre que o estudante, a Escola de Governo ou a CONCEDENTE solicitar.

CLAUSULA 5ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE - Caberá à CONCEDENTE:

a) Oferecer instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário a realização das atividades propostas;

b) Indicar funcionário do seu quadro de pessoal com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estágio, para orientá-lo ou supervisioná-lo, observando o limite de até 10 (dez) estagiários simultaneamente para cada orientador/supervisor;

c) Elaborar o Plano de Atividades em acordo com a instituição de Ensino e o Estudante;

d) Oferecer à instituição de Ensino, subsídios que possibilitem o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do estágio;

e) Enviar à instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, o Relatório de Atividade, com vista obrigatória ao estagiário;

f) Entregar o Termo de Realização de Estágio, contendo o resumo das realidades, dos períodos e da avaliação de desempenho, por ocasião do desligamento do estagiário;

g) Pagar a bolsa conforme previsto no parágrafo 1º da cláusula 4ª deste instrumento;

h) Fornecer o Auxílio Transporte, conforme previsto no parágrafo 1º da cláusula 4ª deste instrumento;

i) Contratar em favor do estagiário, seguros contra acidentes pessoais com apólice compatível com valores de mercado, ou demandar este serviço a Escola de Governo;

j) Aplicar ao estagiário, a legislação de segurança e saúde no trabalho, como determina o artigo 14 da lei 11.788/08;

k) Reduzir à metade a carga horária do estágio nos períodos de avaliação, quando a instituição de Ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais;

l) Assegurar ao estagiário o gozo de recesso, preferencialmente durante suas férias escolares, na forma do artigo 13 e seus parágrafos da lei 11.788/08.

CLAUSULA 6ª - DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO - O estagiário se compromete a:

a) Cumprir com o compromisso o Plano de Atividades elaborado de comum acordo com a CONCEDENTE e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO;

b) Conhecer e cumprir as normas e recomendações internas da CONCEDENTE, em especial as que resguardam o sigilo de informações técnicas e tecnológicas;

c) Elaborar Relatório de Estágio na forma, prazo e padrões estabelecidos pela instituição de Ensino e/ou pela CONCEDENTE;

d) Informar ao SEARH/ESCOLA DE GOVERNO e à CONCEDENTE qualquer alteração na regularidade de sua matrícula bem como na frequência escolar, que possam de alguma forma alterar requisitos exigidos pela lei para caracterização do presente estágio (artigo 3º, inciso I da Lei 11.788/08);

e) Informar a SEARH/ESCOLA DE GOVERNO e/ou à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, quando suas atividades de estágio estiverem em desacordo com as descritas no Plano de Atividades, neste instrumento, ou em seu curso de formação.

CLAUSULA 7ª - VALIDADE - O presente Termo de Compromisso só terá validade, a partir da data indicada no Inciso I, da Cláusula Terceira.

CLAUSULA 8ª - DA RESCISÃO - O presente Termo de Compromisso será rescindido nos seguintes casos: a) Automaticamente, ao término do estágio;

b) Por livre e unilateral deliberação da CONCEDENTE ou do estagiário;

c) Quando comprovado rendimento não satisfatório do estagiário;

d) Por conclusão, abandono, trancamento de matrícula ou mudança do curso realizado pelo estagiário;

e) Pelo não cumprimento das cláusulas, normas e instruções convencionadas no presente Termo de Compromisso de Estágio, bem como nos convênios com a INSTITUIÇÃO DE ENSINO e no contrato com a CONCEDENTE dos quais decorre este documento legal;

§ ÚNICO: A CONCEDENTE fica responsável pela COMUNICAÇÃO À INTERVENIENTE (SEARH/Escola de Governo) a fim de que esta providencie a emissão do Termo de Rescisão, em 4 (quatro) vias encaminhando 1 (uma) via a cada umas das partes envolvidas no processo, caso haja o desligamento do estagiário antes do período previsto neste Termo de Compromisso.

E, por estarem acordos, firmam o presente convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

LEIDIANE FERNANDES DE QUEIROZ
Secretária Adjunta
SESAP/RN

Cedente - Secretária de Orgão (Assinatura e Carimbo)

Natal/RN, 16/01/2024

P/ Tatiana e D. Kobayashi
Alexandre Luiz Bittencourt

Coordenador de Estágios e Egressos
Mat. SIAPE 6365445

Portaria nº 324/2018-DG/CNAT/RE/IFRN

Instituição de Ensino (Assinatura e Carimbo)

Samuel Lúcio M. de Farias
Aluno (Assinatura)

Testemunha (Assinatura e CPF)

59601564-15

Interveniente - Escola de Governo (Assinatura e Carimbo)

MAT. 225.070-5

Testemunha (Assinatura e CPF)

03259184-67